

## Biopalma da Amazônia S.A. Reflorestamento, Indústria e Comércio

(Empresa em Fase Pré-operacional)

é reconhecida na demonstração das receitas financeiras. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem caixa em mão e em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata ou com vencimentos originais inferiores a 90 dias, mensuradas ao custo amortizado, com o uso do método de taxa de juros efetiva, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **Método de taxa de juros efetiva:** É utilizado para calcular o custo amortizado do ativo financeiro e alocar a receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. **Ativos biológicos:** Correspondem a florestas de palma (palmars) ainda não produtivas (imaturas) e estão mensuradas ao custo de formação, que se aproxima do valor justo, deduzidos os custos de venda. Esses ativos, devido a seu prazo curto, desde seu plantio definitivo, não sofreram transformações relevantes. **e) Imobilizado:** Terras, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, equipamentos de processamento de dados, imobilizado em andamento e adiantamentos a fornecedores de imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O imobilizado em andamento e os adiantamentos a fornecedores são classificados nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídos e prontos para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. As terras não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terras, imobilizado em andamento e adiantamentos a fornecedores). As taxas comumente utilizadas são mencionadas na nota explicativa nº 10. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **f) Intangível:** Compreende os softwares utilizados nas operações em que a Sociedade é consorciada. São registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, mencionada na nota explicativa nº 10. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. **g) Redução do valor recuperável de ativos ("impairment"):** No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável devido à obsolescência ou deterioração. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. **h) Passivos financeiros:** São classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros. A Sociedade classificou seus passivos financeiros em aberto, tais como contas a pagar a fornecedores, obrigações por aquisição de terras, partes relacionadas, contribuições de consorciada e empréstimos e financiamentos, como outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor do custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetiva. O método de taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **Baixa de passivos financeiros:** A Sociedade baixa passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **i) Demais ativos e passivos:** Os ativos e passivos sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, ou os denominados em moeda estrangeira, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos ou nas taxas de câmbio em vigor nas datas dos balanços, a fim de refletir os valores atualizados. Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. **j) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** Calculados com base no lucro real determinado de acordo com a legislação tributária em vigor e provisionados segundo o princípio da competência dos exercícios. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme o conceito descrito no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. **k) Apuração do resultado:** O resultado pré-operacional é apurado em conformidade com o regime de competência dos exercícios. **4. Principais fontes de incertezas nas estimativas:** Na aplicação das práticas contábeis da Sociedade descritas na nota explicativa nº 3.3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incertezas nas estimativas no fim de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos exercícios. **4.1. Vida útil dos bens do imobilizado:** Conforme descrito na nota explicativa nº 3.3, item e), a Sociedade revisa anualmente a vida útil dos bens do imobilizado, no fim de cada exercício. Os resultados reais na realização ou liquidação do ativo podem apresentar variações em relação à estimativa. **4.2. Valor justo dos ativos biológicos:** Conforme descrito na nota explicativa nº 3.3, item d), a Sociedade avalia seus ativos biológicos ao custo de formação, por este aproximar-se de seu valor justo, deduzido dos custos estimados para a venda. Na estimativa do valor justo de seus ativos biológicos, a Sociedade levou em consideração premissas como volume de produção, preços de mercado do fruto, taxas de juros, etc. **5. Efeito da adoção dos novos pronunciamentos emitidos**

**pelo CPC:** Na preparação de suas demonstrações financeiras, a Sociedade adotou todos os pronunciamentos e as respectivas interpretações e orientações técnicos emitidos pelo CPC, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominadas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A seguir, o detalhamento dos principais efeitos da adoção dos novos pronunciamentos contábeis em relação às práticas contábeis adotadas anteriormente no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009:

	Balanço patrimonial - 31/12/2009			Balanço patrimonial - 01/01/2009		
	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP reapre sentado	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP reapre sentado
Caixa e equivalentes de caixa	408	-	408	2.278	-	2.278
Contas a receber	13.949	-	13.949	-	-	-
Outros créditos	50	-	50	56	-	56
Ativos circulantes	14.407	-	14.407	2.334	-	2.334
Impostos a recuperar	1.255	-	1.255	1.201	-	1.201
Partes relacionadas	7.959	-	7.959	-	-	-
Ativo biológico	-	56.018	56.018	-	30.751	30.751
Imobilizado	155.934	(56.018)	99.916	186.821	(30.751)	156.070
Intangível	89	-	89	3	-	3
Ativos não circulantes	165.237	-	165.237	188.025	-	188.025
Obrigações por aquisição de terras	1.289	-	1.289	14.788	-	14.788
Fornecedores	1.956	-	1.956	357	-	357
Partes relacionadas	137	-	137	20.713	-	20.713
Salários, férias e encargos sociais	496	-	496	241	-	241
Empréstimos e financiamentos	2.514	-	2.514	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	227	-	227	250	-	250
Passivos circulantes	6.619	-	6.619	36.349	-	36.349
Patrimônio líquido	173.025	-	173.025	154.010	-	154.010

A adoção dos novos pronunciamentos contábeis não impactou as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. O único impacto da adoção dos novos pronunciamentos contábeis decorre do pronunciamento técnico CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola. Os ativos biológicos da Sociedade, representados por seus palmars, anteriormente classificados como "cultura agrícola em formação" dentro do ativo imobilizado, foram alocados para um grupo específico dentro do ativo não circulante, denominado "ativo biológico". **6. Constituição de Consórcio:** Conforme descrito na nota explicativa nº 1, em 1º de maio de 2009 foi constituído o Consórcio, tendo a Sociedade como consorciada. Naquela data, como parte do contrato de constituição do Consórcio, foram vendidos itens do ativo imobilizado a outra empresa consorciada, no montante de R\$46.944. Referida venda teve seu preço equivalente ao valor contábil líquido dos respectivos ativos. Em 1º de maio de 2009, os detalhes dos ativos líquidos contribuídos ao Consórcio foram os seguintes:

	2010	2009
<b>Ativo contribuído:</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	2.315	-
Outros créditos	50	-
Imobilizado e intangível	156.924	-
<b>Passivo transferido:</b>		
Obrigações por aquisição de terras	(2.726)	-
Fornecedores	(3.458)	-
Salários, férias e encargos sociais	(575)	-
<b>Total</b>	<b>152.530</b>	<b>-</b>

A parcela de participação no Consórcio está refletida no balanço patrimonial da Sociedade pelos seguintes ativos e passivos, indivisíveis:

	2010	2009
<b>Ativo:</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	7.217	350
Outros créditos	117	50
Impostos a recuperar	160	28
Ativo biológico	100.122	56.018
Imobilizado e intangível	117.536	100.005
<b>Passivo:</b>		
Obrigações por aquisição de terras	(6.050)	(1.289)
Fornecedores	(3.916)	(1.954)
Salários, férias e encargos sociais	(731)	(466)
Impostos e contribuições a recolher	(454)	(190)
<b>Total</b>	<b>214.001</b>	<b>152.552</b>

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa e bancos	309	246	1.438
Aplicações financeiras	6.933	162	840
<b>Total</b>	<b>7.242</b>	<b>408</b>	<b>2.278</b>

As aplicações financeiras da Sociedade referem-se a fundos com remuneração baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez imediata. As taxas pactuadas remuneram esses investimentos em aproximadamente 100% da variação do CDI, com possibilidade de resgate a qualquer momento. **8. Contas a receber:** Os saldos de contas a receber em aberto em 31 de dezembro de 2009 são oriundos da venda de ativos descrita na nota explicativa nº 6, como parte do contrato de constituição do Consórcio. **9. Ativos biológicos:** Os saldos dos ativos biológicos da Sociedade, no fim de cada exercício, são detalhados de acordo com seu estágio de transformação, como segue:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Formação dos ativos biológicos			
Pré-viveiro	3.680	2.616	30.751
Viveiro	27.540	25.673	-
Plantio	74.625	27.729	-
<b>Total</b>	<b>105.845</b>	<b>56.018</b>	<b>30.751</b>

Os ativos biológicos da Sociedade compreendem o cultivo e o plantio de palmars, divididos em pré-viveiro, viveiro e plantio. O pré-viveiro refere-se aos 3 primeiros meses de formação das mudas de palma, enquanto o viveiro compreende o período de 4 a 12 meses de crescimento das mudas, estando ainda nessa fase em local provisório. Após esse período, as mudas em viveiro são plantadas definitivamente no campo e então são consideradas plantio. O quadro a seguir demonstra os ativos biológicos do Consórcio, no qual a Sociedade tem participação de 59%, em hectares (ha) plantados, separados por estágio de transformação e por módulo:

Módulo	2010			2009		
	Pré-viveiro	Viveiro	Plantio	Pré-viveiro	Viveiro	Plantio
Moju	3.000	-	10.135	-	5.281	4.854
Concórdia	8.534	8.312	2.673	8.312	2.673	-
Tomé-Açu	8.784	5.091	5.259	5.091	5.259	-
<b>Total</b>	<b>20.318</b>	<b>13.403</b>	<b>18.067</b>	<b>13.403</b>	<b>13.213</b>	<b>4.854</b>